

# Diário do Legislativo de 20/10/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

## SUMÁRIO

### 1 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

#### 2 - ATAS

2.1 - 301ª Reunião Extraordinária

2.2 - 302ª Reunião Extraordinária

2.3 - Reunião de Comissão

#### 3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissões

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

## 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

GABARITO OFICIAL DA PROVA ELIMINATÓRIA CONSTANTE NO ITEM 6.1.1 DO EDITAL Nº 2/98

Concurso Público para o Cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Assembléia - Especialidade de Consultor

01 - B                      26 - E

02 - A                      27 - B

03 - C                      28 - A

04 - E                      29 - D

05 - D                      30 - B

06 - A                      31 - E

07 - E                      32 - C





09 - C	34 - A
10 - A	35 - C
11 - D	36 - B
12 - E	37 - E
13 - D	38 - A
14 - A	39 - C
15 - B	40 - E
16 - D	41 - C
17 - C	42 - C
18 - A	43 - A
19 - A	44 - C
20 - D	45 - E
21 - E	46 - D
22 - B	47 - B
23 - B	48 - A
24 - D	49 - D
25 - B	50 - E

## Herculano Lamounier Fernandes, Responsável pela Área de Pessoal.

### ATAS

#### ATA DA 301ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 15/10/98

##### Presidência do Deputado Romeu Queiroz

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado João Leite; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.807; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de "quorum" para votação - Encerramento.

##### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Marcelo Gonçalves - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arnaldo Penna - Bené Guedes - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Ermano Batista - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Bonifácio - José Henrique - José Maria Barros - Luiz Fernando Faria - Mauro Lobo - Miguel Barbosa - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

##### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

##### 1ª Parte

##### Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite, em que solicita a inversão da pauta da reunião, de modo que o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.761 seja apreciado em último lugar, entre as matérias na faixa constitucional. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.)  
Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.807, que dispõe sobre a renúncia do servidor público do Estado à aposentadoria. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

#### Questões de Ordem

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Considerando que a votação de veto exige um mínimo de 39 parlamentares e verificando que não há esse número nesta reunião, solicito que V. Exa. faça a recomposição de "quorum" ou encerre a reunião por falta de "quorum" regimental para votação.

O Deputado Péricles Ferreira - Nossa questão de ordem seria também com o intuito de que se promovesse a recomposição do "quorum". Entretanto, Sr. Presidente, o que estamos vendo nesta Casa são convocações que, na verdade, estão sendo estereis. S. Exa., o Governador do Estado, em bom momento e em boa hora, tendo em vista as eleições do dia 25, encaminhou a esta Casa um pedido de licença para ficar o mais isento possível no exercício do poder, embora isso lhe seja garantido constitucionalmente. No entanto, o que vemos aqui é uma absoluta falta de "quorum" em todas as reuniões. Então, queria propor a V. Exa., uma vez que S. Exa., o Governador do Estado, está pedindo a licença e que a Oposição lamentavelmente não quer colaborar e não quer permitir que essa solicitação seja atendida e que a licença, conseqüentemente, seja votada nesta Casa, que as convocações seguintes também fossem evitadas e que pudéssemos, então, promover a desconvocação a partir de amanhã, uma vez que não há nenhuma colaboração por parte da Oposição nesta Casa.

O Deputado Raul Lima Neto - Procurei entender as palavras do nobre Deputado Péricles Ferreira e entender também a veemente oposição do PT no sentido de não se conceder ao Governador do Estado a licença que ele tanto insiste em ter, a fim de que o povo mineiro compreenda que ele abre mão da prerrogativa do poder, da condição de Governador, para concorrer páreo a páreo com o grande candidato, o ex-Presidente Itamar Franco, que se caracterizou no seu mandato, pela honestidade, pelo caráter, pela honradez e que, sem dúvida alguma, será um grande Governador, especialmente para o homem, para o funcionalismo, para o povo de Minas, porque ele é um homem que vai combater a corrupção. Entretanto, fico pensando: licenciar-se às vésperas da eleição, licenciar-se por apenas nove dias não seria, Sr. Presidente, uma maneira de enganar o povo?

Já estamos chegando na reta final das eleições, e S. Exa. deveria ter feito isso há dois meses. Ai, sim, ele daria condição equânime aos outros candidatos de concorrer com ele, o que não aconteceu. Soubemos, tornou-se claro e patente, o Ministério Público um dia responderá, aos olhos da justiça eterna, porque ele legislou e não cumpriu as leis. Legislou e não cumpriu as leis ou não cumpriu as leis que deveria, por obrigação, ter cumprido, pelo fato de que a distribuição de verbas, de ambulâncias, de inauguração de obras, por S. Exa. o Sr. Governador do Estado, ou por seus representantes, fizeram com que fossem transgredidas todas as leis, especialmente o art. 214 do Código Eleitoral.

Na verdade, nobres Deputados Adelmo Carneiro Leão e Péricles Ferreira, entendo que esse pedido de concessão de licença para S. Exa. o Governador do Estado, Eduardo Azeredo, foi um golpe, uma estratégia dele. Se a Casa não conceder essa licença, ele vai dizer que quis licenciar-se, mas que a Casa não concedeu. Portanto, a culpa de o Governador não se despojar da condição de Governador, com todos os poderes nela implícitos, para competir em condição de igualdade com o candidato Itamar Franco, que, diga-se de passagem, é o melhor para Minas Gerais, será do Poder Legislativo e não, do Executivo. Se a Casa conceder a licença, ele vai dizer que pediu e que teve, no prazo legal, a condição de um competidor na mesma situação de quem não é Governador do Estado. Mas, francamente, em apenas oito ou nove dias? Senhores, nunca justifico o Deputado que deixa de comparecer a esta Casa, mas, às vezes, é melhor deixar de comparecer que ser intérprete de um teatro, de uma fantasia para o povo de Minas Gerais, que já não agüenta mais engodos, atitudes teatrais, atitudes que não representam a realidade. Na verdade, esse pedido de licença é uma atitude de demagogia do Executivo. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Quero aproveitar este momento, Sr. Presidente, e dizer ao Líder do Governo, uma pessoa a quem prezo muito, Deputado Péricles Ferreira, que ele, na sua intervenção, cometeu uma injustiça contra a Oposição. Deputado Péricles Ferreira, definitivamente, a Oposição não está fazendo nenhuma obstrução, aqui, ao pedido de licença do Governador do Estado. O Governador, inclusive, tem dito ter a maioria aqui nesta Assembléia Legislativa. O estranho é que a maioria que o apóia não está aqui para conceder a licença devida e pedida. Ora, isso não seria uma manobra do próprio Governo, da estrutura governamental, da Maioria, que não dá "quorum" aqui, para justificar agora e colocar o Governador como vítima, como um pedinte que não foi atendido? Ora, não posso acolher tamanha injustiça de um nobre e tão valoroso colega, Deputado Péricles Ferreira.

O Sr. Presidente - A Presidência vai determinar que seja feita a chamada para recomposição de "quorum". Com a palavra, a Sra. Secretária, para proceder à chamada dos Deputados.

A Sra. Secretária (Deputada Maria Olívia) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 27 Deputados. Não há "quorum" para votação.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 16, às 9, às 14 e às 20 horas, e de sábado, dia 17, às 9, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária de terça-feira, dia 20, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 302ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 16/10/98

#### Presidência do Deputado Romeu Queiroz

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): chamada para verificação de "quorum"; inexistência de número regimental para votação - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Ermano Batista - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Bonifácio - José Henrique - José Maria Barros - Luiz Fernando Faria - Miguel Barbosa - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Raul Lima Neto - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Tarcísio Henriques - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - A Presidência determina à Sra. Secretária que proceda à chamada para verificação de "quorum".

A Sra. Secretária (Deputada Maria Olívia) - (-Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 26 Deputados. Portanto, não há "quorum" para a votação da matéria constante na pauta.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de hoje, às 14 e às 20 horas, e de amanhã, dia 17, às 9, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária da próxima terça-feira, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 22ª REUNIÃO Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Às nove horas e trinta minutos do dia quatorze de outubro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, João Batista de Oliveira e Tarcísio Henriques, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tarcísio Henriques, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. Após, o Presidente procede à leitura da seguinte correspondência: do Sr. Ricardo Silveira César, detento na Penitenciária José Edson Cavaliere, solicitando ajuda da Comissão para conseguir sua liberdade condicional; do Deputado Geraldo Rezende, encaminhando cópia da denúncia feita pelo Diretor da Associação dos Motociclistas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, relativa a fatos ocorridos no Município de Uberlândia, envolvendo guincheiros; dos sem-terra do Acampamento Nova Era, em Matias Cardoso, denunciando os abusos e as arbitrariedades que vêm sendo cometidas contra eles; da Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Portadora de Deficiência - CAADE-MG -, encaminhando nota do gabinete do Vereador Antônio Pinheiro, sobre denúncia de agressão contra o deficiente físico Wilson de Jesus Santiago; do estudante de filosofia da PUC-MG, Carlos Eduardo de Oliveira, denunciando que foi agredido e espancado por policiais e detetives de plantão da 5ª Delegacia Seccional Oeste, do Bairro Alípio de Melo, em virtude de desentendimentos com o trocador de ônibus 4401-A; do Sr. Wagner Carvalho, detento na Penitenciária José Maria Alkmin, solicitando ajuda da Comissão para que seja liberado seu pedido de prisão albergue, obtido por meio de um defensor público da Vara de Execuções Criminais; do Sr. Ronaldo Rolando Alves, solicitando empenho da Comissão junto ao Conselho Penitenciário do Estado, referente à liberação do alvará de soltura do Sr. Ailton Rodrigues de Souza, que já cumpriu a pena imposta pela justiça, fazendo jus ao benefício da remissão e da progressão de pena pelo seu comportamento carcerário; da Sra. Maria Leonor Lutckmeier, esposa do Sr. Rodolfo Otto Keppeler, que se encontra preso na 81ª Delegacia de Polícia de São Paulo, pelo não-pagamento de pensão cobrada por parte de sua outra mulher, solicitando apoio da Comissão, a fim de conseguir sua liberdade, e encaminhando o relato de tudo o que vem acontecendo com eles nos últimos 4 anos; do Sr. Emerson Gomes Mendes, detento na Penitenciária Francisco Floriano de Paula, em Governador Valadares, solicitando sua transferência para a Penitenciária Antônio Dutra Ladeia, em Ribeirão das Neves, ou José Maria Alkmin; dos detentos da Comarca de Pará de Minas, solicitando visita da Comissão à cadeia desse município, a fim de se averiguarem todas as irregularidades ali existentes; da Sra. Maria Ângela Pereira, irmã do Sr. José Tarcísio Pereira, que cumpre pena no Estado de São Paulo, solicitando a transferência de seu irmão para uma penitenciária no Estado de Minas Gerais; do Sr. Lindiosmar Gonçalves de Souza, detento na Penitenciária Francisco Floriano de Paula, em Governador Valadares, solicitando sua transferência para a Penitenciária Agrícola de Teófilo Ottoni, a fim de ficar mais perto de seus familiares; do Deputado Bilac Pinto, solicitando providência com vistas a que se faça um policiamento mais eficaz a favor dos usuários de ônibus que ficam à espera de sua condução em pontos próximos à Assembléia Legislativa, os quais são importunados por pívetes que ameaçam assaltá-los; do Cel. Jair Cançado Coutinho, reiterando o convite para que a Comissão faça uma visita ao Tribunal de Justiça Militar; do Cel. Álvaro Antônio Nicolau, respondendo os Requerimentos nºs 2.643 a 2.645/98, da Comissão; do Sr. Reinaldo Fernandes Braga, detento na 6ª Delegacia Seccional de Contagem, acusado de estupro, julgado à revelia e condenado, solicitando ajuda da Comissão para que a justiça seja feita e que possa ser libertado; do Sr. Luiz Carlos Maciel, detento na Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves, solicitando sua transferência para Uberlândia; da Sra. Neide Crisóstomo de Souza, mãe do Sr. Maury César Crisóstomo de Souza, detento na Penitenciária Nelson Hungria, solicitando a transferência de seu filho para uma penitenciária mais próxima de Governador Valadares, a fim de ficar mais perto de seus familiares; da Polícia Rodoviária Federal, informando que foi aberto processo administrativo para apuração da denúncia feita pelo Sr. Moacir Pereira Coimbra, relativa a fatos ocorridos durante manifestação popular; do Monastère Sainte Claire, do Sr. Mazeau Claude e do Frei Ignacio M. Galarraga, publicadas, as duas primeiras, na edição de 27/8/98, e, a última, na de 4/9/98; do Sr. Fernando Machado Furtado, estudante do Instituto de Química de São Carlos - Universidade de São Paulo, na qual relata que foi vítima de discriminação por parte de um programa realizado por prefeituras que mantêm estudantes na unidade da referida Universidade; da Sra. Inês Maria Dutra e Silva, Promotora de Justiça, e outros, encaminhando cópia de ofícios enviados aos Promotores de Justiça da área criminal das Comarcas de Contagem, Salinas e Leopoldina, referentes aos sentenciados José Vieira, Airton de Oliveira Santos e Mário Lúcio da Silva; do detento Genaro Coutinho de Moura, solicitando seja transferido para a Penitenciária Francisco Floriano de Paula, a fim de ficar mais perto de seus familiares; do Sr. Antônio Porfírio da Silva, encaminhando ao Presidente da Comissão recurso administrativo contra o Centro de Atendimento ao Cidadão da Assembléia Legislativa desse Estado. Devido à ausência do Deputado Durval Ângelo, anteriormente designado para relatar o Projeto de Lei nº 1.423/97, o Presidente redistribui a referida matéria ao Deputado João Batista de Oliveira. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Com a palavra, o Deputado João Batista de Oliveira emite parecer, mediante o qual conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.423/97 na forma do vencido em 1º turno. Submetido à discussão e à votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação das proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. Submetidos a votação, os Requerimentos nºs 2.680 a 2.682/98 são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições da Comissão. Com a palavra, o Deputado João Batista de Oliveira apresenta requerimento em que solicita sejam convidados a participar de audiência pública da Comissão o Comando-Geral da Polícia Militar, a Superintendência da INFRAERO, em Belo Horizonte, a Ouvidoria-Geral da Polícia e os familiares de Marcelo Ribeiro, que faleceu nas dependências do Aeroporto da Pampulha, com a finalidade de se esclarecerem as circunstâncias de sua morte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados e os convoca para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se no dia 15/10/98, às 14h30m, com a finalidade de se apreciar a Emenda nº 4, apresentada em Plenário, ao Projeto de Lei nº 1.393/97, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 1998.

João Leite, Presidente - Tarcísio Henriques - Ivair Nogueira.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 410ª reunião ordinária, A REALIZAR-SE EM 20/10/98

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.761, que estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Mauri Torres opinou pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.807, que dispõe sobre renúncia do servidor público do Estado à aposentadoria. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.822, que dispõe sobre o sistema estadual de finanças e a estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado José Militão opinou pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.827, que cria a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Minas Gerais, dispõe sobre seu funcionamento e estrutura e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Ailton Vilela opinou pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.834, que autoriza o Estado a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o fim que menciona. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.837, que cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Arnaldo Penna opinou pela manutenção do veto.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação em 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 53/98, do Deputado Romeu Queiroz, que altera os arts. 73, 74, 155, 157 e 158 da Constituição mineira e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispondo sobre a destinação de recursos para o cumprimento de propostas prioritizadas em audiências públicas regionais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.944/98, da Mesa da Assembléia, que concede licença ao Governador do Estado para interromper suas funções. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 20/10/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.804/98, do Deputado Anderson Adauto; 1.801/98, do Deputado Bené Guedes; 1.596/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 21/10/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.617/98, do Deputado Jorge Hannas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.785/98, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.775/98, do Deputado Francisco Ramalho; 1.796/98, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimentos nºs 2.670/98, do Deputado Bené Guedes; 2.668/98, do Deputado Gilmar Machado; 2.675/98, do Deputado Ibrahim Jacob; 2.685/98, do Deputado Marcos Helênio; 2.665/98, do Deputado Mauri Torres.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 23ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 21/10/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 101ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 21/10/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.479/97, do Deputado José Bonifácio.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.699/98, da CPI do IPSEMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 21/10/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.810/98, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.676/98, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR A ENTRADA DE MEDICAMENTOS FALSOS NA REDE HOSPITALAR PÚBLICA E PRIVADA, BEM COMO A COMERCIALIZAÇÃO DOS MESMOS NO ESTADO, A realizar-se às 10 horas do dia 21/10/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Guilherme Gonçalves Rício, Superintendente-Geral da FHEMIG; Joaquim Antônio César Mota, Diretor do Hospital das Clínicas de Belo Horizonte; Lécio Marcos Dias, Diretor do Instituto Raul Soares; e Geraldo Ferreira, Superintendente-Geral da Associação dos Amigos do Hospital Mário Penna.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 107ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 21/10/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.



## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.241/97, do Deputado Ailton Vilela; 1.623/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.833, 1.836 e 1.838/98, do Deputado Anivaldo Coelho; 950/96, do Deputado Arnaldo Penna; 1.841/98, da CPI dos arquivos do DOPS; 1.840/98, do Deputado Geraldo Rezende; 1.811, 1.820, 1.847, 1.871, 1.873 e 1.874/98, do Governador do Estado; 1.834/98, do Deputado Hely Tarquínio; 1.876/98, do Deputado Irani Barbosa; 1.754/98, do Deputado Ivair Nogueira; 1.756 e 1.890/98, do Deputado José Militão; 1.781, 1.849 e 1.896/98, do Deputado Miguel Barbosa; 1.652 e 1.897/98, do Deputado Miguel Martini; 1.828/98, do Procurador-Geral de Justiça; 1.780/98, do Deputado Romeu Queiroz; 1.460/97, do Deputado Ronaldo Vasconcelos; 1.809/98, do Deputado Toninho Zeitone.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.802/98, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.805 e 1.877/98, do Deputado Agostinho Patrús; 1.822/98, do Deputado Ajalmar Silva; 1.821/98, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.528/97 e 1.843/98, do Deputado Anderson Adatao; 1.803/98, do Deputado Antônio Genaro; 1.861/98, do Deputado Antônio Roberto; 1.516/97, 1.835 e 1.870/98, do Deputado Arnaldo Canarinho; 1.894/98, do Deputado Arnaldo Penna; 1.638/98, do Deputado Bené Guedes; 1.826 e 1.858/98, do Deputado Bilac Pinto; 1.844/98, do Deputado Dilzon Melo; 1.812/98, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.889/98, do Deputado Durval Ângelo; 1.806, 1.852 e 1.864/98, do Deputado Francisco Ramalho; 1.718 e 1.892/98, do Deputado Geraldo Rezende; 1.886/98, do Deputado Geraldo Santanna; 1.747/98, do Governador do Estado; 1.845/98, do Deputado Hely Tarquínio; 1.815/98, do Deputado Ivair Nogueira; 1.883, 1.884 e 1.887/98, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.817 a 1.819, 1.823, 1.824, 1.830, 1.831 e 1.899/98, do Deputado João Leite; 1.879/98, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 1.816/98, do Deputado José Henrique; 1.855 e 1.856/98, do Deputado José Militão; 1.895/98, do Deputado Leonídio Bouças; 1.891/98, da Deputada Maria José Haueisen; 1.848/98, do Deputado Mauri Torres; 1.857/98, do Deputado Mauro Lobo; 1.846, 1.867 e 1.898/98, do Deputado Miguel Martini; 1.863 e 1.880/98, do Deputado Paulo Pettersen; 1.827/98, do Deputado Paulo Piau; 1.885/98, do Deputado Raul Lima Neto; 1.851, 1.868 e 1.893/98, do Deputado Romeu Queiroz; 1.618, 1.723, 1.732, 1.881 e 1.882/98, do Deputado Ronaldo Vasconcelos; 1.705, 1.829, 1.853, 1.854 e 1.872/98, do Deputado Wanderley Ávila; 1.636 e 1.686/98, do Deputado Wilson Pires.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 21/10/98

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 21/10/98

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 22/10/98

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

## Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

### EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Apurar a Entrada de Medicamentos Falsos na Rede Hospitalar Pública e Privada, bem como a Comercialização dos Mesmos no Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Roberto, Carlos Pimenta, Sebastião Helvécio, Adelmo Carneiro Leão, Alencar da Silveira Júnior e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/10/98, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Rodrigo Botelho Campos, Coordenador do PROCON de Belo Horizonte; Cel. Márcio Lopes Porto, Comandante-Geral da PMMG, e Paulo Rubens Pereira Diniz, ex-Presidente da Central de Medicamentos do Ministério da Saúde e ex-Secretário Nacional de Vigilância Sanitária.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1998.

Wilson Pires, Presidente

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no Prazo de 120 Dias, Apurar a Entrada de Medicamentos Falsos na Rede Hospitalar Pública e Privada, bem como a Comercialização dos Mesmos no Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Roberto, Carlos Pimenta, Sebastião Helvécio, Adelmo Carneiro Leão, Alencar da Silveira Júnior e Irani Barbosa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/98, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Renato Bandeira de Melo, Superintendente Regional Metropolitano da Secretaria da Fazenda; Rinaldo Sérgio Costa, Coordenador da 5ª Administração Fazendária da Secretaria da Fazenda; e o Delegado Henrique de Oliveira, da Delegacia de Sonegação Fiscal.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1998.

Wilson Pires, Presidente

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

407ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 13/10/98

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos presentes nas galerias, venho a esta tribuna apresentar de público os meus agradecimentos a muitos mineiros que honraram-me com seu voto.

Devo dizer aos eleitores nas inúmeras cidades que me prestigiaram com o comparecimento às urnas, principalmente na minha base maior, a Zona da Mata, que valeu a pena trabalhar durante mais um período legislativo e ver reconhecido esse trabalho, o que nos é extremamente gratificante.

Agradeço também ao meu gabinete, comandado pela Chefe Sônia Sales, e a todos os demais funcionários. Agradeço à minha equipe em Leopoldina, coordenada por Sérgio Lupatini, e pelo respaldo de vários companheiros e companheiras. Agradeço aos Prefeitos de muitas cidades e os que me fizeram majoritários, como em Leopoldina, com o Prefeito Márcio Freire; em Astolfo Dutra, com o Prefeito Arcílio Venâncio; em Desterro do Melo, com Mário Tafuri; em Visconde do Rio Branco, com o ex-Prefeito Iran Curi; em Ervália, com o Prefeito Carlos Dias, e o ex-Prefeito Dr. Júlio; em Eugenópolis, comandada pelo meu querido amigo Russo; em Laranjal, com o Prefeito José Verdinho; em Muriaé, onde fui honrado com uma expressiva votação, com o Deputado Lael Varella, do Grupo Gama; em Mar de Espanha, com o apoio do ilustre Prefeito Diquinho; em Vieiras, com o Prefeito Onofre Soares, e o meu querido amigo Evandro, Presidente da Câmara; em Antônio Prado de Minas, com o Prefeito Lourinho; em Pirapetinga, com o Prefeito Caio Borges; em Palma, com o Prefeito Iran Vinícius Finamore; em Volta Grande, com o Prefeito Euler; em Maripá de Minas, com o Prefeito Walter Trezza; em Tocantins, com meu prezado amigo Angelino Arruda; em Açucena, com meu prezado amigo, Vereador Maninho e demais companheiros.

Todos foram extremamente importantes nessa nova vitória e, pela 4ª vez consecutiva, volto a esta Assembléia.

Tendo saúde, espero, se Deus quiser e me der forças, poder continuar, no próximo período, dando minha colaboração para o desenvolvimento e o crescimento da região da Zona da Mata e de outras regiões onde também trabalho: nas Vertentes, no Sul de Minas, no centro e no Nordeste. Espero, enfim, que possamos retribuir toda essa confiança com muito trabalho e dedicação.

Nesta oportunidade, quero também parabenizar os colegas reeleitos. Estou, também, solidário com aqueles que, infelizmente, não lograram êxito, mas que participaram e contribuíram, com dignidade, para que tivéssemos uma eleição tranqüila e digna. Quero dizer que aprendi e estou aprendendo muito com todos esses companheiros, com os quais quero continuar convivendo, aqui e lá fora, sobretudo com muita amizade e solidariedade para com todos.

Quero aproveitar, ainda, para renovar o meu apoio ao Governador Eduardo Azeredo. E digo o porquê: nossa região, a Zona da Mata, sempre foi olhada com muito carinho pelo Governador. Tivemos a implantação da Mercedes-Benz, em Juiz de Fora, e da Inega, em Leopoldina. Lembramos, ainda, do Projeto Luz de Minas II - implementado na época em que estava à frente da Secretaria de Estado de Minas e Energia -, que atende a 65 municípios mineiros e a 16 mil produtores rurais e que foi feito em parceria com o Estado, com as Prefeituras, com a Companhia Força e Luz Cataguazes/Leopoldina e com os pequenos produtores rurais. Trata-se de um projeto desejado há mais de 40 anos, que foi implementado por nossa vontade política, com o extraordinário respaldo do Governador Eduardo Azeredo. Foi ele também o homem que para cá mandou o Projeto "Robin Hood", que foi a salvação de muitas Prefeituras, principalmente das cidades menores. Por isso e por outras ações direcionadas às cidades nas quais trabalho - onde posso ver a sua mão -, não poderíamos deixar de renovar nosso apoio ao Governador, embora guardando o maior respeito por seu adversário, o ex-Presidente Itamar Franco, um homem muito digno. Entendemos que a Zona da Mata foi muito bem olhada pelo Governador Eduardo Azeredo e, desta tribuna, quero dizer novamente que, em minha região, vamos trabalhar muito para reverter o quadro e, se Deus quiser, alcançar, no próximo dia 25, uma grande vitória, porquanto Eduardo Azeredo é um homem extremamente trabalhador e digno.

O Governador tem uma esposa que é seu braço direito: D. Heloísa Azeredo, uma grande dama, uma grande pessoa, inteiramente solidária à área social de nosso Estado, que tem feito um grande trabalho, como podemos sentir na região da Zona da Mata. Por fim, quero dizer, nesta oportunidade, da minha gratidão ao Governador Eduardo Azeredo e de nossa solidariedade a ele e ao Vice, Clésio Andrade - jovem figura da política mineira, a quem tive o prazer de conhecer nesta campanha; homem perfeitamente identificado com nossos problemas em Minas e que, no próximo Governo Eduardo Azeredo, certamente dará uma grande contribuição, por ser muito inteligente e participante. Com certeza, ele é um homem que tem todas as credenciais para fazer um grande trabalho no próximo período administrativo, ao lado do nosso Governador. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, presentes às galerias, imprensa, público que nos vê e ouve de casa, nesta tarde, sendo a primeira vez que ocupamos a tribuna após o processo eleitoral, gostaríamos, em primeiro lugar, de agradecer muito ao servidor público do Estado de Minas Gerais, em especial, que foi um dos grandes responsáveis por nossa vitória, não mais para Deputado Estadual, mas para Deputado Federal.

Gostaríamos imensamente de externar os nossos agradecimentos, em primeiro lugar, a Deus, e depois a cada um de vocês, que acompanharam o nosso trabalho aqui e nos deram oportunidade de agora trilhar um novo caminho. Gostaríamos de ser, de fato, no Congresso Nacional a voz dos servidores públicos, servidores que vêm sendo discriminados pelo Governo Fernando Henrique. Na regulamentação das reformas administrativa e previdenciária, pretendemos estar atentos para que, de fato, possamos resgatar o serviço público e valorizar os servidores.

Em segundo lugar, gostaríamos de iniciar, nesta tarde, uma série de debates e discussões a respeito da situação de Minas Gerais. Estaremos ainda, no decorrer da semana, apresentando aqui um conjunto de propostas, para que possamos trabalhar seriamente agora, e não como fez o Governo Fernando Henrique, que escondeu a crise do povo brasileiro. O Governo Eduardo Azeredo também tentou esconder a crise por que passa o Governo de Minas e a tragédia que causou às finanças e à saúde do Estado. Queremos aqui discutir a real situação do endividamento do Estado; queremos discutir, sim, a situação da venda e da entrega do nosso patrimônio.

O Governador Eduardo Azeredo vem falando de corrupção. Deveria, em primeiro lugar, olhar para dentro do seu Governo, porque quem mantém como Secretário da Fazenda o Sr. João Heraldo não tem moral para falar de corrupção de governo algum; porque quem mantém na Secretaria da Educação o Sr. João Batista dos Mares Guia não tem moral para falar de outros governos.

Queríamos aqui também expor os dados que dizem respeito principalmente aos servidores. Agora o Governador Eduardo Azeredo entra com um pedido de licença na Assembléia Legislativa do Estado num gesto demagógico, porque, se queria, de fato, não colocar a máquina à disposição da sua campanha, deveria ter feito isso no 1º turno. Mas não o fez e agora faz isso como mais uma jogada de "marketing", porque não teve coragem de fazê-lo no 1º turno. Se o Governador de fato fosse sério, teria feito isso no 1º turno, e não agora numa jogada de "marketing" demagógica, para tentar passar aos mineiros um ar de seriedade.

Queríamos deixar aqui registrado que não vamos obstruir, tanto faz se o Governador está de licença ou não, porque a tragédia é a mesma. Vamos discutir os problemas de Minas. O Secretário João Batista dos Mares Guia mandou - quero chamar os Deputados do Governo para discutir - uma proposta de plano de carreira para ser discutida nas escolas, apresentando uma jornada de trabalho de 32 horas semanais, o que significa a demissão de 40 mil professores no ano que vem. Queria discutir isso, queria que o Governador viesse discutir essas coisas sérias e não ficasse fazendo propaganda demagógica na televisão, dizendo que educação é prioridade. Vamos discutir essas coisas objetivas e concretas que estão no plano mandado pela Secretaria da Educação, no início do mês passado, para todas as escolas. Quero perguntar aos Líderes do Governo: por que não discutem isso aqui? Vamos discutir essa proposta. Ai vamos ver quem, de fato, tem cuidado e prioridade com a educação. Queremos discutir, sim, nesta semana, porque dia 15 é o Dia do Professor. O Governo foi responsável pela demissão de 32 mil trabalhadores da área de educação. Vamos discutir essas questões. Por que estão com medo de discutir? Desafio os Líderes do Governo a virem aqui discutir essas questões. Se o Governador Eduardo Azeredo tem mesmo esse projeto, vamos discuti-lo, para ver se temos condição de apoiá-lo e votá-lo.

Hoje, a maior parte das nossas crianças de 4 e 5 anos estão fora da pré-escola, porque o Governo de Minas obrigou os municípios a assumirem os alunos de 7 a 14 anos, para que o Estado, só neste ano, economizasse R\$130.000.000,00. Gostaria de saber onde está esse dinheiro. Onde o Secretário da Educação colocou esses R\$130.000.000,00, que foram economizados com a transferência de mais de 500 mil alunos das escolas do Estado para as das Prefeituras? Com isso, muitos municípios tiveram de mandar fechar suas pré-escolas. Hoje, os alunos que têm dinheiro estão nas escolas particulares, e os que não têm estão em dificuldade: os pais não têm onde deixar os filhos de 4 e 5 anos, pois as pré-escolas se encontram fechadas. Gostaria de discutir sobre essas questões, porque interessam ao povo de Minas.

Gostaria de discutir a questão dos alunos com mais de 19 anos que não conseguem vaga no ensino médio, porque há uma resolução na Secretaria da Educação que garante vaga apenas aos alunos de uma determinada faixa etária. Gostaria de discutir também sobre os alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental noturno, que hoje são obrigados a fazer o supletivo, porque o Governo fechou as escolas de ensino médio noturno, não dando oportunidade aos jovens, principalmente os de 14, 15 anos, de estudar no ensino regular. Isso é modelo educacional de Primeiro Mundo?

Gostaríamos de discutir também, com este Governo, sobre o modelo de qualificação dos profissionais da educação. Ele coloca a Escola Helena Antipoff como único modelo para o Estado inteiro, como se as nossas regiões fossem todas iguais. Sabemos que não são. Entendemos que, no modelo educacional, é preciso levar em consideração as realidades regionais, mas esse Governo as desconhece, obriga todos a seguirem o mesmo modelo, tentando aplicá-lo no Estado inteiro.

Gostaria de discutir o modelo educacional. Examiná-lo-ei com o maior cuidado, porque, antes de fazer qualquer crítica ou comentário, procuro aprofundar-me no assunto para não cometer injustiça. Gostaria de discutir com a Liderança do Governo sobre as propostas. Quais são elas?

Gostaria de mostrar a incoerência do Governo na área da educação, uma vez que comemoramos a semana do professor. O Governo diz que não atrasará o 13º salário este ano. Não pode. É uma promessa, por ter atrasado o salário e o 13º dos trabalhadores nesses três anos e meio. O Governo não recebeu, em momento algum, a Coordenação Sindical. O Governador chegou a fazer chacota com a liderança do funcionalismo - em especial, com o companheiro Renato Barros, da Coordenação Sindical. Agrediu a Presidente da Associação dos Aposentados, apenas por ter-se aposentado com 49 anos, depois de 25 anos de magistério. Ela, inclusive, está com um processo na Justiça contra esse Governador.

Queremos uma reflexão, na Semana do Professor, sobre a real situação de Minas Gerais. Queremos discutir com dados objetivos, e não com essa demagogia, com números para o Banco Mundial; hoje os alunos passam de qualquer jeito nas escolas do Estado, pois a ordem é aprovar. Não interessa se eles estão sabendo ou não, porque os professores estão impedidos de reprová-los na rede estadual. Dessa maneira, qualquer pessoa muda a estatística de qualquer Estado. Não há como haver reprovação da 1ª à 4ª séries, porque agora é por ciclo. Com isso, evidentemente, o índice de repetência caiu a números muito baixos. Por decreto, é muito fácil.

Quero ver como estão, de fato, a qualidade dessa educação e as condições de trabalho do educador, que hoje tem muita dificuldade, porque não lhe é permitido desenvolver com tranquilidade sua metodologia de ensino, nem avaliar corretamente seus alunos, porque o modelo é o da Secretaria da Educação, é o do Secretário João Batista dos Mares Guia, e tem de ser aceito, goela abaixo, pelos trabalhadores deste Estado.

Queremos colocar que esse não é o melhor modelo para Minas Gerais. Durante esta semana, ainda vou voltar aqui, porque não podemos, na semana do professor, deixar de fazer o nosso protesto. Deixa-me extremamente indignado a quantidade de propaganda mentirosa que estou vendo. Este Governo está fazendo uma propaganda falsa com referência aos trabalhadores da educação e, em especial, aos servidores públicos. Agora que fui eleito para Deputado Federal, com uma votação maciça dos servidores públicos, não vou me calar. Não me calei durante três anos e meio diante dessa tragédia que foi Eduardo Azeredo para Minas Gerais e continuarei não me calando diante do que querem fazer para o Estado, ou seja, continuar com essa tragédia por mais quatro anos. Aqui, e em Brasília também, iremos nos levantar contra esse projeto entreguista de Fernando Henrique, que, mais uma vez, quer prejudicar os nossos servidores, com o aumento da CPMF e do imposto, para, assim, o povo continuar pagando a conta de sua incompetência. Acatarei a posição do meu partido de não apoiar nem um candidato nem outro. A minha posição era diferente, mas, como sou um Deputado disciplinado e membro fundador do partido, que acredita no fortalecimento e no crescimento do partido, no sentido de mostrar que é possível construir política de outra forma, acatei a posição do meu partido e não declarei o meu voto. Votarei no dia 25, eu e minha consciência, lá em Uberlândia, na seção 168, no conjunto Luizote de Freitas, onde moro, mas antes não farei a minha declaração de voto. Enquanto isso, estarei aqui, discutindo o que interessa ao povo de Minas, pois esse é o meu papel e o cumprirei até o dia 31 de janeiro, quando vence meu mandato aqui. O povo me escolheu para exercer essa função até o dia 31/1/99, estarei aqui vigiando este Governo que, no meu entender, entregou o nosso patrimônio e desrespeitou os nossos servidores. Agora, na semana do professor, ele vem fazer demagogia usando os trabalhadores da educação. Além disso, fazendo mais uma jogada de "marketing", Eduardo Azeredo diz que vai se licenciar para poder se dedicar à campanha exclusivamente. Ele usou a máquina para se eleger no 1º turno e a está usando também para se eleger no 2º turno, mas vem com essa demagogia. Não acredito nessa demagogia e irei repudiar todas essas atitudes mesquinhas e pequenas deste Governador. Pois não, Deputado Raul Lima Neto.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Deputado Gilmar Machado, V. Exa. está de parabéns pelo reconhecimento do povo de Minas Gerais, por seu trabalho parlamentar e por sua transparência. V. Exa. disse que não irá declarar o seu voto, mas, publicamente, já demonstrou que não votará em Eduardo Azeredo. Conseqüentemente, V. Exa. ou votará em branco ou na esperança da voz de Minas sendo levantada novamente para que este Estado possa ter, no cenário nacional, a força que sempre teve Itamar Franco. Gostaria de perguntar se V. Exa. votará em branco.

O Deputado Gilmar Machado - No dia 25, votarei. Já tenho a minha posição, mas não a declarei, de acordo com a determinação do meu partido.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - O PT é contra o voto em branco, e então V. Exa. irá votar no Itamar mesmo, não é?

O Deputado Gilmar Machado - Há o voto em branco, o nulo e outras opções. Não vou fazer essa declaração de voto aqui, pois sou um membro disciplinado, e meu partido definiu que não apoiaria nem um candidato nem outro. Como Líder da Bancada do partido nesta Casa, iremos defender essa posição. Entretanto, cada um de nós é livre para votar, e o PT não se definiu pelo voto nulo; assim, cada um votará com a sua consciência. Estarei aqui vigilante contra as demagogias deste Governo. Muito obrigado.

O Deputado Ibrahim Jacob - Sr. Presidente, Srs. Deputados, um dos aspectos negativos que caracterizaram o regime de exceção - em que estivemos mergulhados por mais de 20 anos e de que nos ficou a mais triste memória - foi, sem dúvida, o flagrante e inconstitucional desequilíbrio entre os Poderes.

Realmente, o que nós, democratas, testemunhamos durante as quase três décadas de ditadura militar foi a redução do Poder Legislativo à condição de títere, bem como a notória intimidação do Judiciário. Foi um período que todos queremos esquecer, mas que deve ficar como exemplo para que não se coloque em risco a consolidação da democracia.

Redemocratizado o País, era lícita a expectativa dos brasileiros de contar com o absoluto equilíbrio entre os poderes constituídos, em clima harmônico e sem interferências de parte a parte. Entretanto, se grandes progressos temos feito - estão aí as eleições recentemente realizadas, como exemplo incontestado do exercício democrático -, o caráter de prevalência e mesmo de prepotência por parte do Executivo ainda é uma realidade.

Não é preciso muito nos estendermos a esse respeito. Basta uma vista-de-olhos no comportamento do supremo mandatário da Nação, cuja recondução ao posto é fato incontestável e que representou a vontade das urnas. Sua Excelência o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem agido de forma nitidamente ditatorial, sobretudo no plano econômico, e vem procurando institucionalizar o fisiologismo como instrumento de suas relações com o Congresso.

Em Minas Gerais, o atual ocupante do Palácio da Liberdade, em linha com o Planalto e em demonstração de vontade débil e imediatista, não faz por menos e procura sobrepor-se ao

Legislativo e ao Judiciário. Menos mal, porém, que esta Assembléia saiba impor sua condição de Casa do povo mineiro e que nosso Judiciário repetidamente se manifeste contra a ingerência indevida.

Ocorrem-nos essas considerações, na verdade, quando constatamos a prática abusiva do Executivo mineiro, que, ultimamente, vem protelando e parcelando a liberação dos duodécimos devidos a esta Assembléia e à justiça de nosso Estado, em nome de insuficiente fluxo de caixa. Só que essa propalada insuficiência não existe quando se trata de veicular publicidades milionárias, custear mordomias e empreender obras de fundo eleitoreiro.

A Constituição mineira em vigor, em seu art. 162, é bastante clara ao determinar que os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, sejam-lhes entregues em duodécimos até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade. Esse artigo, na verdade, foi objeto de emenda de iniciativa desta Casa, a qual entrará em vigor em 1º/1/99, definindo que o repasse seja feito mediante crédito automático em conta própria de cada órgão.

O dispositivo constitucional anterior à referida emenda previa a necessidade de lei complementar que orientasse a liberação dos recursos, coadunando-se com o texto da Carta Magna brasileira. Mas a Lei Complementar Federal nº 4.320, de 1964, longe está de atender às atuais exigências de nossa realidade democrática, e por isso mesmo é que tramita no Congresso projeto que a substitui. No entanto, ao que sabemos, a tramitação desse substitutivo vem-se desenvolvendo de maneira pouco dinâmica no parlamento brasileiro.

Não nos vamos alongar em filigranas jurídicas, até porque é também nelas que se apóia o Executivo mineiro para reter os duodécimos. Vamos, apenas, lembrar que a norma constitucional existe para ser cumprida e que, mais ainda, o Palácio da Inconfidência, em boa hora e atento aos interesses populares, veio a emendá-la para que seu cumprimento não fosse obstado. Se o Executivo mineiro faz por ignorá-la e coloca o Legislativo e o Judiciário na condição de pedintes, devemos recordar que não devemos pedir, e sim exigir um direito de que somos titulares.

Não faz muito, assistimos aos vivos e justos protestos dos magistrados mineiros, que, por intermédio da AMAGIS, sua entidade de classe, manifestavam sua inconformidade com o que os sujeita o Governo Eduardo Azeredo. O fato é que, ao reter os duodécimos devidos ao Judiciário - seja para parcelar sua liberação, seja para efetivá-la com atraso -, o Executivo impede que aquele Poder execute as mínimas ações que possibilitam seu funcionamento, tais como a reforma de fóruns, a aquisição de material e de serviços essenciais. É uma situação humilhante e ultrajante, para não mencionar os danos que causa às nossas comunidades.

No caso do Legislativo, a liberação de nossos duodécimos a conta-gotas, também, se institucionalizou nos últimos tempos, tanto é que a direção da Casa tem sido obrigada a parcelar e mesmo a atrasar o pagamento dos funcionários. Aliás, quando e se receberão o 13º salário são perguntas que fazem nossos servidores.

É sabido que a receita estatal tem origens várias e que, na prática, converge para um caixa único. Ora, disso se aproveita o Executivo para passar por cima de destinações específicas previstas em lei e manusear os fundos segundo seus próprios critérios, tudo em nome do binômio necessidade versus disponibilidade.

Exemplo que nos ocorre é o da contribuição previdenciária complementar, que o Estado vem descontando, há bom tempo, no contracheque dos servidores. Embora se destine à formação de um fundo de aposentadoria, até hoje isso não aconteceu; os recursos arrecadados vão para o Erário, que os utiliza para o que lhe interessa, configurando evidente confisco no vencimento dos funcionários.

Nosso pronunciamento de hoje tem o caráter de alerta a nossos colegas parlamentares, legítimos representantes do povo mineiro. Mais que um abuso e um ultraje à dignidade deste Poder, a retenção dos duodécimos constitui precedente perigoso. A continuar assim, não estará distante o dia em que as contas do Legislativo virão a ser controladas pelo Executivo, e, não, pelos cidadãos que representamos.

Já vivemos, no âmbito federal, um clima em que proliferam as medidas provisórias e em que o Palácio do Planalto orienta uma política econômica totalmente alheia aos interesses populares. Em vista dessa realidade, mais que nunca, impõe-se a necessidade de preservar a autonomia e de fortalecer os outros Poderes, sob pena de resvalarmos gradualmente para a ditadura civil. Exigir, portanto, que o atual Governo mineiro, em seus estertores, cumpra a lei e libere os duodécimos na forma devida, nada mais é que contribuir para esse fortalecimento e para afastar a ameaça autocrática. Muito obrigado.

#### MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 14/10/98, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.405, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Paulo Schettino

exonerando, a partir de 15/10/98, Marcelo Bechtel do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05;

nomeando Wallace Sales de Andrade para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c a Lei nº 10.254, de 20/7/90, e as Resoluções nºs 5.105, de 26/9/91, e 5.134, de 10/9/93, e à vista de parecer da Mesa exarado em reunião de 24/6/98, assinou o seguinte ato:

concedendo licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, pelo período de 2 anos, a partir de 5/10/98, à servidora Cecília Zeh Pinto, detentora da Função Pública correspondente a Agente de Execução, padrão AL-18, do Grupo de Execução de Apoio à Administração da mesma Secretaria, na forma do disposto na Deliberação da Mesa nº 1.025, de 23/2/94.

#### Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 88/98 - Objeto: fornecimento e instalação de armários para copa e banheiro. Licitante vencedora: Serbra Ltda.

#### Termos de Contrato

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: CEU - Centro Especializado em Ultrassonografia Ltda. Objeto: assistência médica. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Vigência: a partir de 30/9/98. Assinatura: 30/9/98.